

Análise do cumprimento do princípio da entidade em duas empresas prestadoras de serviços

Analysis of compliance with the entity principle in two service providers

Análisis del cumplimiento del principio de entidad en dos proveedores de servicios

Recebido: 12/11/2020 | Revisado: 21/11/2020 | Aceito: 07/12/2020 | Publicado: 10/12/2020

Marcelo Vigorito de Araújo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2631-0379>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Brasil

E-mail: marcelovigorito96@gmail.com

Denise Adelaide da Silva Fernandes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0996-786X>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Brasil

E-mail: deniseadefernandes@gmail.com

Bruna Rodrigues de Freitas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0512-4240>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Brasil

E-mail: bruna.rodrigues@ifsudestemg.edu.br

Laíza Nília da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9743-0861>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Brasil

E-mail: laizanilia1@hotmail.com

Resumo

Objetivo: O presente trabalho buscou investigar o cumprimento do princípio da entidade em duas empresas prestadoras de serviço da Zona da Mata Mineira e verificar o comportamento adotado desde o conhecimento sobre ele, sua aplicação, e os benefícios ou dificuldades encontradas na sua utilização ou não. Método: Trata-se de uma pesquisa qualitativa, procurando, através da análise de conteúdo, interpretar a visão dos gestores da empresa quanto ao princípio da entidade contábil. Resultados: A partir dos resultados da pesquisa, foi possível identificar que ambos os gestores não possuem uma definição do princípio. Além disso, verificou-se que, em uma das instituições, o referido princípio, é aplicado, tendo o gestor um conhecimento contábil mínimo. Por sua vez, na outra instituição, constatou-se um

total descumprimento dele, e um conhecimento parcial sobre normas contábeis. Contribuições Teórica: Através deste trabalho foi possível conciliar e confrontar a teoria para com a prática, sendo de fundamental importância para uma maior compreensão e entendimento sobre o tema proposto na área da contabilidade, e do Princípio da Entidade. Contribuições sociais/gerenciais: Espera-se que a pesquisa possa contribuir significativamente para as organizações e gestores que tomarão conhecimento desde artigo, de forma que possam compreender melhor o princípio, suas características e sua importância.

Palavras-chave: Contabilidade; Normas contábeis; Princípio da entidade; Gestão de negócios.

Abstract

Objective: The present work aimed to investigate the compliance with the principle of the entity in two service companies of Zona da Mata Mineira and to verify the behavior adopted from the knowledge about it, its application, and the benefits or difficulties found in its use or not. **Method:** This is a qualitative research, seeking, through content analysis, to interpret the view of company managers regarding the principle of accounting entity. **Results:** From the research results, it was possible to identify that both managers do not have a definition of the principle. Moreover, it was found that, in one of the institutions, the said principle is applied, with the manager having a minimum accounting knowledge. In turn, in the other institution, it was found a complete non-compliance with it, and a partial knowledge about standards. **Accounting. Theoretical Contributions:** Through the research, it was possible to make a parallel between the companies regarding such practices and observe, in the face of the differences found, the benefits of the studied principle. **Social / managerial contributions:** It is hoped that the research can contribute significantly to the organizations and managers who will be aware of this article, so that they can better understand the principle, its characteristics and its importance.

Keywords: Accounting; Accounting standards; Entity principle; Business management.

Resumen

El presente trabajo buscó investigar el cumplimiento del Principio de Entidad en dos prestadores de servicios en la Zona da Mata Mineira y verificar el comportamiento adoptado desde el conocimiento sobre el mismo, su aplicación y los beneficios o dificultades encontrados en su uso. Se trata de una investigación cualitativa, que busca, a través del análisis de contenido, interpretar la visión de los directivos de la empresa sobre el Principio de

Entidad contable. A partir de los resultados de la investigación se pudo identificar que ambos gerentes no tienen una definición del principio. Además, se encontró que, en una de las instituciones, se aplica el principio antes mencionado, teniendo el gerente un mínimo de conocimientos contables. A su vez, en la otra institución, hubo un total incumplimiento de la misma y un conocimiento parcial de las normas contables. A través de este trabajo fue posible conciliar y confrontar la teoría con la práctica, siendo de fundamental importancia para una mayor comprensión y comprensión del tema propuesto en el área de contabilidad y el Principio de Entidad.

Palabras clave: Contabilidad; Normas de contabilidad; Principio de la Entidad; Gestión de negocios.

1. Introdução

A contabilidade, muitas vezes vista mais como uma obrigatoriedade do que como uma ferramenta útil na tomada de decisão das empresas, é uma ciência que fornece dados importantes visando facilitar o planejamento contábil, financeiro e de gestão das organizações, evidenciando uma interpretação adequada de sua realidade econômica.

De acordo com Ribeiro (2013), a contabilidade possibilita o controle do patrimônio da empresa por meio de suas técnicas, além disso, ela se destaca em seu papel fundamental de mensurar, controlar e administrar os recursos financeiros de uma organização, fornecendo informações pertinentes para o processo de tomada de decisão.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) tem por objetivo normatizar o exercício da profissão contábil e regular o exercício dos princípios contábeis por intermédio de seus conselhos, seja em âmbito estadual ou federal. Também cabe ao CFC orientar, fiscalizar e decidir quanto às penalidades impostas, quanto ao cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade (CFC, 2015).

Com objetivo de direcionar o gerenciamento das organizações, existem os Princípios Fundamentais da Contabilidade, que servem de apoio para que os profissionais da área possam se posicionar diante da realidade e contexto que estão inseridos.

Tais princípios são: Continuidade, Oportunidade, Registro pelo Valor Original, Atualização Monetária, Competência, Prudência, Entidade. Em 2010, entrou em vigor a Resolução CFC nº 1.282/2010, na qual estabeleceu que “os Princípios Fundamentais de

Contabilidade (PFC), citados na Resolução CFC nº 750/93, passassem a denominar-se Princípios de Contabilidade (PC)" (Brasil, 2010).

Estes princípios representam o cerne da doutrina contábil, consoante às suas teorias e de acordo com o entendimento do universo científico e profissional (CFC, 2008).

Analisando o cenário brasileiro, onde grande parte dos empresários gerencia seu próprio negócio, tem se observado um grande desconhecimento da importância dos princípios contábeis bem como empreendedores que associam indevidamente as obrigações pessoais com as de suas empresas, nesse sentido, torna-se relevante analisar e estudar o tema, buscando auxiliar na continuidade das organizações locais.

Dentre os sete princípios da contabilidade, o Princípio da Entidade foi o escolhido como tema desta pesquisa, ao qual reconhece que o patrimônio da empresa não pode ser confundido com o patrimônio dos sócios ou proprietários, visto que é uma grande dificuldade para empresas, principalmente do tipo familiar, conseguir realizar esta separação de maneira correta e cumprir tal norma contábil.

Assim, esta pesquisa tem como propósito fundamental identificar o cumprimento do princípio contábil da entidade em duas empresas do setor de serviços localizadas na Zona da Mata Mineira. Para alcançar esse objetivo, verificou-se primeiramente se os gestores possuem conhecimento dos princípios contábeis, principalmente o Princípio da Entidade, seguido pela identificação da prática ou não do princípio da entidade pelas empresas estudadas bem como os motivos da não execução e os benefícios da execução.

Tal estudo poderá contribuir para um maior entendimento sobre o princípio da entidade por considerar duas empresas no estudo, permitindo assim análises importantes que poderão auxiliar os gestores de empresas a enfrentarem os desafios na tomada de decisão.

2 Referencial Teórico

2.1 Princípios Fundamentais da Contabilidade

Com o advento do crescimento da economia brasileira, houve um maior desenvolvimento por parte das empresas, levando a uma maior complexidade em sua prática contábil. Com o surgimento dessa nova demanda, houve uma busca por informações financeiras mais exatas, a fim de usá-las para avaliações diversas de desempenho, tornando-se necessário a criação de uma estrutura de conceitos e de princípios de contabilidade (Niswonger & Fess, 1980).

Segundo Horngren, Sundem e Stratton (2010), o objetivo básico da informação contábil é contribuir para o processo de tomada de decisões. Os usuários são muitos e, independente de quem esteja tomando as decisões, não é necessário ser especialista no assunto, mas precisa ter os conhecimentos básicos da contabilidade e seus princípios, a fim de se tomar as decisões de forma fundamentada.

Para Padoveze (2009), os princípios da contabilidade são os instrumentos que servem de base para escolher os caminhos a serem traçados na administração gerencial e no setor contábil da organização, e muitos são os registros que se pode fazer uso para gerenciar o patrimônio de uma entidade. Nesse sentido,

a contabilidade de uma entidade (empresa, pessoa, entidade filantrópica) não pode ser confundida com a contabilidade dos membros que a possuem. Em outras palavras, a escrituração de uma empresa tem de ser completamente dissociada da escrituração de seus proprietários, afirmando, portanto, a autonomia patrimonial (Padoveze, 2009, p. 112).

De caráter obrigatório estes princípios, segundo Neves e Viceconti (2009), exprimem as teorias da contabilidade referente ao entendimento profissional, e, portanto, tais princípios servem como base para a prática contábil, visto que através deles, se faz a mensuração do patrimônio.

Uma das causas da não aplicação dos princípios contábeis é a falta de conhecimento dos mesmos e de sua importância, tendo na maior parte das vezes, as organizações deixando de praticar e, por conseguinte, perdem seus benefícios, simplesmente por não entender como os mesmos devem ser alocados em seu dia a dia, e pela falta de orientação.

Além da obrigatoriedade, conhecer os princípios contábeis é de fundamental importância para as organizações, e pode contribuir significativamente para seu desempenho e continuidade.

Segundo Crepaldi (2010), eles representam a essência das doutrinas e teorias relativas à ciência da contabilidade, portanto, resumidamente, são apresentados os Princípios Fundamentais da Contabilidade, conforme especificados na Figura 1.

Figura 1. Princípios Fundamentais da Contabilidade.

| Princípios | Definição |
|------------------------------|--|
| Continuidade | Considera que uma entidade econômica não deseja se desfazer ou entrar em liquidação. |
| Oportunidade | Refere-se à integridade dos registros das mutações patrimoniais em tempo certo e com a correta aplicação. |
| Registro pelo Valor Original | Expressa que os componentes do patrimônio devem ser registrados pelo valor original em moeda corrente, servindo para avaliação futura das variações dele. |
| Atualização Monetária | Impõe que sejam reconhecidos nos registros as alterações e ajustamentos dos valores dos componentes patrimoniais levando em consideração tempo, indexadores ou elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional, e por consequência de seu patrimônio líquido. |
| Competência | Segundo este regime, os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem e devem ser lançados nos registros contábeis e reportados nas demonstrações do período a qual se referem. |
| Prudência | Determina que se deve escolher da hipótese que resulte em menor patrimônio líquido, quando couber opções igualmente aceitáveis diante dos demais princípios fundamentais da contabilidade, ou seja, menor valor para o ativo e maior valor para o passivo, sempre que houver alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações do patrimoniais que alterem o patrimônio líquido. |
| Entidade | Reconhece o Patrimônio como objeto da contabilidade e determina a necessidade da diferenciação entre os recursos da organização para com o de seus sócios, independentemente de pertencer a uma pessoa ou grupo de sócios, não podendo confundir ou misturar o patrimônio da instituição com o de seus representantes legais, portanto uma vez definida uma |
| Princípios | Definição |
| Entidade | determinada entidade, não se pode misturar seus recursos e obrigações com a de outra entidade, ou de seus sócios. |

Fonte: Adaptado de Crepaldi (2010) e baseado no Portal da Contabilidade (2019).

Mediante isso, pode-se afirmar que os “Princípios Fundamentais da Contabilidade significam as regras em que se assenta toda a estrutura teórica para a escrituração e análise contábil” (Padoveze, 2009, p. 111).

2.2 Princípio da Entidade

Antes de dissertar sobre o princípio da entidade, torna-se relevante expor o conceito de entidade contábil, que segundo Hendriksen e Breda (1999) pode ser definido como uma instituição que atua a fim de controlar seu patrimônio de maneira responsável exercendo uma atividade econômica com ou sem fins lucrativos, buscando maximizar seus resultados.

Marion (2009, p. 30), traz ainda que “qualquer pessoa que tenha necessidade de contabilidade é chamada de entidade contábil”, seja ela física ou jurídica, podendo ser feita para um indivíduo, ou para determinada empresa.

Para Hoog (2013), o princípio da entidade reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e relaciona a autonomia patrimonial à necessidade da diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independente de pertencer a uma pessoa, a um conjunto de pessoas, a uma sociedade ou a instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência nesta acepção, o patrimônio da organização não se confunde com aquele dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Segundo as normas básicas da contabilidade, e principalmente sobre o que está disposto no princípio da entidade, pode-se evidenciar que, da aplicação dele depende diretamente a continuidade e sobrevivência das organizações, sendo pouco utilizado para grande parte das organizações que desconhecem a importância da separação patrimonial. Neste sentido, pode-se afirmar que:

com a devida separação, a empresa teria números mais exatos sobre a situação financeira e econômica. Os empresários deveriam compreender que tal atitude compromete o desenvolvimento da entidade e a continuidade da mesma (Albuquerque, 2011, p. 52).

Foi realizada uma pesquisa de campo, uma vez que para atingir os objetivos deste estudo necessitou-se fazer uma investigação *in loco* em cada empresa estudada. A pesquisa de campo “é aquela desenvolvida junto ao objeto de estudo, levantando informações e explicações do que ocorre no grupo estudado” (Otani & Fialho, 2011, p. 40).

O estudo foi realizado em duas empresas prestadoras de serviço localizadas na Zona da Mata Mineira, denominadas nesta pesquisa como empresa X e Y, respectivamente, de modo a preservar suas identidades. Vale ressaltar que apesar de ambas serem prestadoras de serviços elas atuam em segmentos diferentes.

Quanto ao instrumento de coleta de dados, foram realizadas entrevistas com os gestores das duas empresas estudadas, além disso participou da entrevista um colaborador da empresa Y que atua no setor de finanças, a fim de auxiliar a gestora na entrevista.

Findada a coleta de dados, iniciou-se a análise e interpretação dos mesmos, que segundo Gil (2008), se propõe a organizá-los de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para observação do problema investigado.

O processo de análise dos dados ocorreu através da análise de conteúdo que segundo Bardin (2016) é:

um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplica a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. (...) é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade (Bardin, 2016, p. 15).

O desenvolvimento da análise de conteúdo seguiu as fases sugeridas por Bardin (2016), as quais são: pré-análise (transcrição do conteúdo), exploração do material (análise sistemática do material), tratamento e interpretação dos dados (discussão dos resultados).

Primeiramente, as falas dos entrevistados foram transcritas ignorando os vícios de linguagem. Em seguida cada entrevistado recebeu um código: X, Y e Z.

As categorias e subcategorias da pesquisa estão evidenciadas na Figura 2.

Figura 2. Categorias e subcategorias de análise.

| Categorias | Subcategorias |
|---|---|
| Utilização do princípio da entidade | Aplicação do Princípio, separação do patrimônio, retiradas e saques mensais dos sócios, registro das retiradas e despesas dos sócios, veículos utilizados |
| Benefícios do princípio e das informações contábeis | Motivos da utilização ou não utilização, auxílio na tomada de decisão e consequências da não utilização |

Fonte: Autores (2020).

Após a transcrição os resultados foram interpretados e discutidos conforme evidenciado no tópico a seguir.

3 Resultados

3.1 Utilização do Princípio da Entidade

3.1.1 Aplicação do Princípio

O intuito desta subcategoria, foi perceber se as organizações entrevistadas aplicam o princípio, ou preferem não utilizar por algum motivo.

Na Empresa X o entrevistado foi pontual quando questionado se a empresa se utilizava ou não do princípio, “o princípio é aplicado na empresa” (Entrevistado X). Apesar de não entrar em mais detalhes sobre se utilizar o princípio, respondendo apenas que é aplicado dentro da organização, no decorrer da entrevista foi possível analisar que o princípio realmente é cumprido na mesma.

Não obstante, a empresa Y confirmou a não aplicação do princípio, conforme fala: “não é utilizado, porém nos últimos meses tem-se adotado práticas para minimizar estas retiradas não programadas, a fim de manter um fluxo de caixa mais coerente, contendo apenas despesas institucionais” (Entrevistado Y).

Observa-se que as empresas estudadas possuem atitudes diferentes quanto a aplicação do princípio e pode-se afirmar que parte disto está diretamente relacionada a falta do conhecimento básico sobre princípio e de sua importância para a continuidade de uma organização, conforme demonstrado na categoria anterior, isso se comprova na afirmação de Martins (2018), que diz que na grande maioria dos casos os empresários não possuem conhecimento contábil, fazendo assim com que não entendam sobre sua importância.

Pode-se destacar ainda que, na Empresa X apesar de aplicá-lo, seu gestor desconhece o conceito formal do princípio. Por sua vez a Empresa Y além de não o conhecer, não o aplica. Pode-se concluir que, se ambos os gestores entrevistados tivessem maior conhecimento sobre o princípio e a contabilidade, conseguiriam maximizar seus resultados.

Visto isto, pode-se afirmar que o gestor da Empresa X, mesmo que não possua um colaborador específico para esta função ou saiba definir as normas contábeis e seus princípios, busca estar em dia com suas obrigações e ter à sua disposição todas as informações possíveis para tomar as decisões necessárias e gerenciar cada vez melhor a organização. Já na Empresa Y, onde também não há um colaborador específico, e não se aplica tal princípio, eles não dispõem de todas as informações pertinentes e que visam facilitar o desenvolvimento e crescimento.

3.1.2 Separação do Patrimônio

Na Empresa X, observou-se que o gestor entende a organização como uma pessoa distinta dos sócios. Quando questionado se havia de fato uma separação ou não entre os bens, ele informou que: “Sim. São pessoas distintas, a empresa dos sócios, é necessário que se tenha essa diferenciação, para que a alocação de custos esteja correta, não sendo nada alocado indevidamente” (Entrevistado X), comprovando-se que de fato ocorre a separação conforme já fora apresentado na subcategoria anterior, em que o mesmo informou utilizar do princípio.

Enquanto na Empresa X busca-se a máxima separação dos bens, a empresa Y entende a importância do princípio, mas ainda não é realidade em seu cenário.

Sinceramente, não há uma separação. É costume nosso que todos os nossos gastos sejam pagos com dinheiro da empresa. É algo que já ocorre desde a fundação da empresa. Inclusive estamos tendo muita dificuldade com esta nova consultoria, pois somos cobrados sobre as retiradas que sempre fizemos e muitas não nos lembramos mais de onde vieram, pois antes nosso controle não era muito claro. Porém, é a intenção mudar pelo menos a forma como fazemos para ter noção da situação de crescimento da empresa. Hoje percebemos esta importância (Entrevistado Y).

Conforme já mencionado anteriormente, é de vital importância separar o patrimônio da organização e de seus sócios, de forma que possa ajudar continuamente nos processos de tomada de decisões e de gestão, pois é a única forma de saber a situação real da organização, sua lucratividade e assim ter ao seu alcance, todas as informações pertinentes a contabilidade de uma organização.

Analisando os cenários apresentados em ambas organizações em relação a esta subcategoria, pode-se afirmar que a Empresa X possui informações mais precisas e confiáveis acerca de seu desempenho e lucratividade, enquanto que a Empresa Y não possui estas informações, uma vez que ao misturar os patrimônios perde-se a qualidade das informações e não obtém resultados precisos de seu desempenho enquanto organização, assim como evidência Mezzari (2017), ao afirmar que quando se fere o Princípio da Entidade, a confiabilidade e realidade das informações acabam ficando distorcidas.

3.1.3 Retiradas e Saques Mensais dos Sócios

Nesta subcategoria buscou-se abordar o conteúdo da forma mais abrangente possível, buscando conhecer de que maneira os sócios de cada instituição fazem as retiradas pertinentes

ao seu esforço e dedicação, e verificar se seguem o que orienta o princípio da entidade. Foram questionados ainda, se existe na empresa retiradas avulsas dos sócios, com intuito de averiguar se as respostas dadas anteriormente estão em semelhança com o dia a dia da empresa. Além disso procurou-se identificar se, em caso de eventuais necessidades do proprietário, ele realiza retiradas de determinadas quantias na conta jurídica da organização. Além disso, buscou-se entender de que maneira é alocado o lucro da organização, seja ele por meio de divisão entre os sócios, reinvestimento na empresa, ou se os gestores possuem algum outro meio de se utilizarem desse lucro.

Na Empresa X utiliza-se o pró-labore como forma de remuneração mensal dos sócios, sendo o teto deste valor estabelecido no contrato social da empresa. De acordo com o gestor, ao final de cada exercício é apurado se a empresa obteve lucros ou prejuízos, e em caso de lucro, ele é separado em uma conta lucro. Após ser indagado sobre o que era feito com o lucro obtido pela empresa, o gestor informou que esse valor é considerado dividendo, mas a maior parte é reinvestido em melhorias. Foi informado ainda que a prioridade para os sócios é o reinvestimento conforme a frase seguinte: “na realidade, são reinvestidos por enquanto na empresa” (Entrevistado X).

No entanto, através da entrevista, evidenciou-se que a realidade da Empresa Y é outra, ou seja, não se consegue fazer uso apenas do valor de pró-labore fixado e, portanto, precisa realizar retiradas diretamente do lucro ou caixa da instituição, conforme fala a seguir: “cada sócio possui uma retirada mensal estipulada, porém havendo necessidade, novas retiradas são realizadas e registradas no caixa da empresa” (Entrevistado Y).

Ao realizar quaisquer retiradas não previstas no orçamento e no planejamento organizacional (principalmente para uso pessoal dos sócios), compromete-se o cumprimento de prazos de pagamento a fornecedores e credores, bem como a reposição de recursos necessários e, até mesmo a produtividade ou prazo de entrega dos serviços. Por isto, é primordial que se faça a distinção dos patrimônios.

Para Padoveze (2009), é primordial que haja a autonomia patrimonial e, em função disso, a contabilidade de uma entidade não deve ser confundida com a contabilidade dos membros que a possuem.

Conforme indica o autor acima, não é correto realizar retiradas de caráter pessoal no patrimônio da empresa, visto que isto compromete seu desempenho. Para qualquer empresa, tal falha é extremamente prejudicial, mas para empresas deste porte tende a ser mais perigoso, pois compromete sua continuidade.

Na Empresa X, o gestor afirmou não existir qualquer retirada avulsa da empresa por meio dos sócios. Isso se comprova na frase a seguir: “(...) não se mistura despesas, receitas e despesas pessoais, com as da empresa. Despesas da empresa, são emitidas pela empresa, e despesas pessoais, são quitadas com recursos pessoais” (Entrevistado X).

Para a Empresa Y, movimentações diversas são costumeiras no dia a dia da organização, visto que, os recursos são advindos de práticas de trabalho comuns da organização e por estarem todos em família. Sendo assim, simplesmente seguem um protocolo que existe a mais de 25 anos, desde sua fundação. “Sim, são feitas retiradas do caixa da empresa ou da conta empresarial, porém especificadas no movimento o valor das retiradas e motivos” (Entrevistado Y).

A Empresa Y, ainda não consegue mensurar completamente sua lucratividade e crescimento, porém reconhece que é fundamental, principalmente no ramo de serviços que haja um reinvestimento em melhorias visando atender aos clientes cada vez melhor, todavia, retiram partes destes lucros para serem divididos e usufruídos pelos sócios, conforme trecho a seguir:

Existe um reinvestimento, senão nossos concorrentes ganham mercado sobre nós. Então nos preocupamos muito em inovar e buscar melhorias para atender cada vez melhor os clientes e cidades que atendemos. Porém trabalhamos para esta organização, e sempre achamos normal dividir os lucros e fazer retiradas de valores (Entrevistado Y).

Observa-se que existe uma tendência deste mesmo comportamento apresentado pela Empresa Y no dia a dia de outras organizações não apenas da região a qual se localiza, mas em todo o país. Segundo Oliveira, Costa, Souza, Arruda e Nascimento (2016), em estudo realizado também em Minas Gerais observou-se que 55,56% das empresas entrevistadas não utilizam o pró-labore como forma de remuneração mensal e, portanto, realizam retiradas não programadas diretamente do lucro apresentado pela organização, sendo que 38,89% destes não tem controle de como são feitas estas retiradas, e ainda 50% revelam não devolver este valor para o caixa da organização.

3.1.4 Registro das Retiradas e Despesas dos Sócios

Nesta subcategoria buscou-se evidenciar se as retiradas e despesas dos sócios são registradas de alguma maneira, bem como demonstrar como são realizados estes registros, seja registro formal ou não, atendendo às normas contábeis.

De acordo com Fernandes e Ribeiro (2016, p. 34), “o crédito a título de pró-labore é contraprestação paga pelo trabalho despendido pelo titular de empresa individual ou sócio em sociedade empresária”. Conforme evidenciado na subcategoria anterior, na Empresa X não são realizadas retiradas além do pró-labore, e havendo lucro no encerramento de cada exercício pode vir a ser dividido entre os sócios, conforme evidenciado na frase: “na realidade, eles têm o pró-labore (...) e ao final de cada exercício é apurado se a empresa teve lucro ou prejuízo e dependendo da demanda dos sócios é distribuído” (Entrevistado X).

Enquanto na Empresa Y, ficou evidente que além do pró-labore mensal estipulado e registrado em contrato, também existem retiradas do demonstrativo mediante lucro e de maneira igualitária entre os sócios além disso, são realizadas outras retiradas, caso necessário, que são registradas informalmente diretamente no caixa da empresa.

Temos um pró-labore, mas também são feitas retiradas informais. É preenchido uma requisição especificando o valor de data da retirada e essa requisição é inserida no movimento de caixa para ficar registrado a saída, sem uma justificativa, apenas registra o nome do sócio que solicitou (Entrevistado Y).

Na Empresa X, o gestor informou que não ocorrem registros de despesas pessoais na conta da empresa: “(...) aqui é bem separado o dinheiro da empresa do dinheiro dos sócios” (Entrevistado X). Pode-se ainda observar que as informações obtidas pela empresa em questão, estão comprovadas nas duas últimas subcategorias, onde seu gestor informou que somente via pró-labore são realizadas as retiradas.

A Empresa Y, não possui o mesmo entendimento em questão, conforme mostra a fala: “havendo necessidade é preenchido uma notinha de requisição especificando o valor e a data da retirada, essa requisição é inserida no movimento de caixa para ficar registrado e abatido no final do dia em seu encerramento” (Entrevistado Y).

Em outro momento da entrevista, foi abordado sobre as despesas pessoais dos sócios e seus devidos registros, e para o seguinte gestor a resposta manteve o mesmo padrão, “Despesas pessoais são quitadas por conta dos sócios” (Entrevistado X), enfatizando a

questão de a mesma optar por manter as obrigações dos sócios totalmente separadas das obrigações da empresa.

Conforme já evidenciado, é comum à Empresa Y realizar certas movimentações, seja em seus caixas físicos, ou nas contas da organização, principalmente por serem um grupo familiar onde não há cobranças diárias sobre prestação de contas. “Sempre fazemos uso destas retiradas, até mesmo para facilitar nosso dia a dia, pois não temos tempo de ir ao banco as vezes aí se torna mais prático retirar aqui” (Entrevistado Y).

Mediante isso, percebeu-se que a Empresa X, não fere as normas contábeis e o princípio em estudo, porém a Empresa Y ainda mistura as despesas pessoais com as despesas da organização e por ser de origem familiar praticam alguns círculos viciosos que levam a junção dos bens patrimoniais para com o dos sócios em questão, e além disso, é visível a falta de conhecimento no assunto, o que impulsiona a não praticar o princípio ou as normas contábeis.

3.1.5 Veículos Utilizados

Com relação ao veículo utilizado nas empresas estudadas, buscou-se conhecer se as empresas fornecem carros aos seus sócios para que possam utilizar quando estão à disposição da organização, ou se utilizam carros particulares aplicando recursos da organização para mantê-los.

Em relação a Empresa X, foi informado pelo gestor, que a mesma fornece para três sócios um carro registrado no CNPJ da empresa. Esse carro fica à disposição dos sócios, para que os mesmos possam utilizar em eventuais necessidades de viagens a negócios e deslocamentos para prestação de serviços da empresa:

na realidade os veículos que tem na empresa, que os sócios utilizam, que 3 sócios utilizam, são da empresa que é para o dia a dia, para eles trabalharem, ou se precisarem se deslocar em alguma viagem a serviço da empresa (Entrevistado X).

Diferentemente da empresa supracitada, a Empresa Y não consegue fazer esta separação de forma clara e objetiva, pois utilizam tanto dos veículos da empresa para fins pessoais, quanto de seus particulares para eventuais necessidades da organização. Em ambos casos os recursos que mantém os veículos em funcionamento saem diretamente dos recursos da empresa, seja para qualquer finalidade: “(...) usamos tanto carro pessoal quanto o

empresarial, nunca nem pensamos que isso poderia estar influenciando em algo sobre o patrimônio da empresa” (Entrevistado Y).

Pode parecer algo banal e sem muita importância no dia a dia das organizações, visto que há muitas outras formas mais diretas de ferir ao princípio da entidade, mas através deste conteúdo buscou-se apresentar como a falta de conhecimento das normas da contabilidade tende a comprometer atividades simples e o desempenho da instituição.

Para a Empresa X, que consegue fazer esta separação, pode-se afirmar que consegue ter clareza e objetividade ao mensurar os custos e margem de lucro de suas atividades, ao passo que, para a Empresa Y é praticamente impossível constituí-los da mesma maneira, visto que não há separação, ou seja, mesmo que seja utilizado para fins pessoais, são debitados da organização.

Segundo Souza (2014) em sua pesquisa sobre uso de impressoras pertencentes às organizações para fins particulares, evidenciou-se que cerca de 42% dos gestores entrevistados fazem uso moderado ou indiscriminado de cópias e impressões de cunho particular, o que associado ao uso dos veículos aqui mencionados, constata-se que muitas vezes os ativos imobilizados são ignorados para fins da verificação do cumprimento do Princípio da Entidade visto que em geral considera-se sempre o caixa e as movimentações bancárias como principal fato gerador de incoerências.

3.2 Benefícios do Princípio e das Informações Contábeis

3.2.1 Motivos da utilização ou não utilização

Nesta subcategoria buscou-se compreender quais os motivos os levam a utilizarem ou não o princípio. De acordo com o site Contábeis (2015), um dos fatores que levam os gestores de empresas a não utilizarem tal princípio, seria o fato deles desconhecerem a importância de sua aplicação.

Na Empresa X, foi possível observar que mesmo o gestor não sabendo expressar uma definição formal do que se tratava o princípio, o gestor reconhece a importância de sua aplicação na organização, enfatizando o fato da empresa se tornar mais organizada, conforme evidenciado nas falas abaixo: “a importância seria o fato de fazer essa separação, o ganho de organização” (Entrevistado X).

Ao contrário do que ocorre na Empresa X, a Empresa Y enfrenta algumas dificuldades para utilização de tal princípio. Os motivos, decorrem do contexto histórico da organização

familiar desde sua fundação até os dias atuais e do desconhecimento e falta de capacitação dos gestores.

Não há um motivo, como somos uma empresa familiar que foi crescendo a partir de identificar algumas necessidades nos municípios aos quais atendemos, iniciamos algo que antes não existia e fomos aprimorando. Nunca nos atentamos para as regras da contabilidade. Ainda mais que usávamos só um escritório para fins fiscais e trabalhistas, então entendia que era natural em uma empresa familiar misturar seu patrimônio. Hoje entendemos que é uma regra importante e estamos trabalhando esta situação com uma consultoria (Entrevistado Y).

Conforme evidenciado na fala acima, a empresa está buscando auxílio com consultorias na área. Esta busca iniciou-se a partir do surgimento de uma necessidade de fusão com um grupo de empresas para desempenhar um projeto em comum, onde tornou-se necessário mostrar-se em conformidade com as normas contábeis.

Ainda que seja um início tardio, visto estar a tantos anos no mercado, a médio e longo prazo tende a trazer muitas melhorias, além de um crescimento e desenvolvimento mais assertivo.

3.2.2 Auxílio na Tomada de Decisão

Como o principal objetivo da contabilidade é gerar informações úteis para tomada de decisão da organização, esta subcategoria buscou conhecer se as informações contábeis são utilizadas como auxílio nas decisões, ou se preferem não utilizar, e ainda, se a empresa pode abrir mão das referidas informações, sem que sofra maiores prejuízos. Para Albuquerque (2011, p. 23), “a contabilidade (como sistema de informação) deve estar apta a atender às necessidades de seus usuários, pois é através dela que eles obtêm as informações, capacitando-os a planejar, a controlar e a fundamentar sua tomada de decisão”. A empresa X percebe essa importância conforme fala a seguir:

“Não, não pode abrir mão, tem que usufruir o máximo dessas informações para melhorar seus resultados, apurar o resultado e fazer as correções que são apuradas na empresa” (Entrevistado X).

Pode-se observar que a empresa entende a contabilidade como ferramenta, e não como somente obrigação, isso fica evidente no fato de usarem dessas informações para melhor avaliar seus resultados, e corrigir falhas que venham a ocorrer.

A Empresa Y não utiliza completamente das informações contábeis para tomada de decisões por reconhecer que a contabilidade não é feita de forma correta, mas entende que a mesma gera informações valiosas e por isso estão se programando para a médio ou longo prazo estarem adequados a estas situações na busca de melhorias nas informações que possam dar auxílio ao processo de tomada de decisão.

Mesmo não fazendo da forma certa, entendemos que a contabilidade além de fornecer segurança e transparência pode gerar informações que dão aos sócios, real noção de como está o grau de liquidez da mesma, permitindo novos investimentos, ou alertando para que busquem outros meios para honrarem com suas obrigações e por isso desejamos implementar uma gestão contábil mais assertiva (Entrevistado Y).

Contudo, utilizam do apoio que recebem do escritório de contabilidade para tomar decisões diante das informações que possuem.

Segundo Souza (2014) é papel fundamental da contabilidade servir de apoio como uma importante ferramenta e auxiliar no poder de decisão das organizações visto que os gestores providos de informações exatas e assertivas consegue operar de forma eficiente seus recursos e contribuir para a sobrevivência e desenvolvimento de sua instituição.

Para Abreu, Freitas e Almeida (2012) os gestores podem influenciar diretamente na prosperidade de suas organizações se passarem a compreender a contabilidade como ferramenta de auxílio caminhando cada vez mais em busca do cumprimento das normas contábeis e do princípio da entidade visando um planejamento mais adequado e um processo de tomada de decisão mais eficaz.

3.2.3 Consequências da Não Utilização

Nesta subcategoria buscou-se descobrir dos gestores, se eles acreditam que a não utilização do princípio traz danos a empresa.

Segundo Mezzari (2017) existem algumas consequências na não utilização do princípio da entidade, as quais são, a redução de lucro, perda da capacidade de obtenção de recursos como financiamentos e empréstimos bancários, um conflito de interesses entre firma e sócios assim como a continuidade ou não do negócio. O entrevistado da Empresa X, relatou que a não utilização do princípio, pode acarretar em uma série de danos a instituição, e ainda frisou o caso de empresas familiares, onde é comum não se fazer a correta separação, podendo vir a ocasionar uma desestruturação da mesma, “(...) o correto é que se faça essa separação,

para que não ocorra problemas. (...) especialmente em empresas familiares, onde retiradas sucessivas levam a desestruturação dela” (Entrevistado X).

O entrevistado da Empresa Y relatou que apesar de não utilizar o Princípio da Entidade, entende, o quão fundamental é para uma organização e como tem perdido informações importantes pertinentes à sua organização. “Como não há um controle rígido sobre as retiradas que realizamos, os bens e patrimônios ficam misturados, o que dificulta ter acesso ao crescimento real” (Entrevistado Y).

Segundo o gestor da Empresa Y, grandes são as desvantagens por não utilizar o princípio, onde ele narrou que a falta de controle e de um departamento de contabilidade sólido levou a perda de uma oportunidade de expansão dos negócios da empresa, onde seria efetuada uma fusão com outras empresas formando uma parceria e abrangência gigantesca na região. No entanto a Empresa Y não foi aceita por não estar em dia com as normas contábeis, sendo antes convidada a regularizar-se.

Todavia, estão decididos a empenharem para que a aplicação do princípio e demais normas contábeis se torne uma realidade da empresa, conforme a fala a seguir: “(...) por isso contratamos uma consultoria que tem a finalidade de tentar organizar os gastos da empresa e as normas contábeis” (Entrevistado Y).

Segundo Oliveira et al. (2016) o processo de tomada de decisão é muito importante e muitas vezes pouco observado pelos administradores ou sócios de um empreendimento que por vezes ignoram sua merecida importância e a realizam sem o conhecimento devido, sem planejamento ou mesmo sem as informações pertinentes. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2016), isto, aliado a falta da prática contábil está diretamente ligado ao alto índice de mortalidade das micro e pequenas empresas, principalmente do tipo familiar. Visto isso, é de extrema importância elaborar um planejamento adequado visando alinhar o processo de tomada de decisão.

Para Souza (2014) gerir os recursos financeiros é um grande desafio, principalmente quando a organização é de um grupo familiar ou até mesmo quando se contrata pessoas da família para desempenhar funções administrativas visto que a falta de um profissional qualificado pode levar a misturar as finanças pessoais com as da instituição ou tomar decisões sem informações precisas comprometendo a sobrevivência da organização.

3.3 Discussões

Nesta etapa buscou-se apresentar uma comparação entre as empresas estudadas de forma resumida. Assim, tornou-se possível a visualização de forma mais simplificada, da maneira como as empresas se posicionam em relação ao princípio por meio da Figura 3.

Figura 3. Comparativo entre as empresas X e Y.

| Categoria | Subcategorias | Empresa X | Empresa Y |
|---|--|--|---|
| Conhecimento sobre Contabilidade | Normas Contábeis | Conhecimento parcial | Conhecimento parcial |
| | Princípio da Entidade | Não conhece a definição do princípio | Não conhece a definição do princípio |
| Utilização do Princípio da Entidade | Aplicação do Princípio | Atende ao princípio | Não atende |
| | Separação do Patrimônio | Há a separação | Não há a separação |
| | Retiradas e Saques Mensais dos Sócios | Somente Pró-labore | Pró-labore e retiradas não programados |
| | Registro das Retiradas e Despesas dos Sócios | Não há retiradas, portanto, não há registros | Retiram e registram informalmente |
| | Veículos Utilizados | Utilizam veículos apenas da instituição e em prol dela | Utilizam veículos da instituição e particulares em prol dela e de fins pessoais |
| Benefícios do Princípio e das Informações Contábeis | Motivos da Utilização ou não Utilização | Utilizam por reconhecer a importância como a organização da empresa. | Não utilizam por motivos de histórico familiar e desconhecimento dos gestores. |
| | Vantagens da Utilização | Informações mais exatas | Percebem as vantagens, entretanto não aplicam |
| | Auxílio na Tomada de Decisão | Melhoria de resultados | Informações Valiosas |
| | Consequências da não Utilização | Causam danos a instituição | Perda de informações importantes |

Fonte: Autores (2020).

Analisando a Figura 3, e fazendo-se uma breve comparação entre as empresas entrevistadas, pode-se concluir que a Empresa X está mais amadurecida no tocante às normas contábeis e quanto ao princípio estudado dispondo de inúmeros dados à sua disposição para que possam tomar as melhores decisões possíveis e realizar um gerenciamento mais efetivo e assertivo. Por outro lado, a Empresa Y não se pode afirmar que possuem acesso às informações suficientes para que possam se basear em seu processo de tomada de decisão, visto que possuem apenas informações trabalhistas e a título de obrigações fiscais.

4. Considerações Finais

Este estudo foi essencial para compreender a importância do princípio da entidade. Respondendo ao primeiro objetivo que foi verificar se os gestores possuem conhecimento dos princípios e normas contábeis, em especial ao da entidade, foi possível concluir que ambos os gestores das empresas em questão possuíam conhecimento parcial sobre as normas contábeis. Entretanto, pode-se observar que mesmo sem um conhecimento preciso e assertivo, a Empresa X adota e cumpre o princípio, enquanto na Empresa Y não é exercido.

No tocante ao segundo objetivo, que buscou tratar da identificação da prática do princípio da entidade, foi possível observar que há diferenciação entre as empresas quanto ao cumprimento do princípio. Na Empresa X, observou-se que o princípio é cumprido totalmente na organização. Enquanto na Empresa Y não, uma vez que realizam retiradas mensais para a quitação de despesas pessoais, ferindo-se assim, o princípio em questão.

Quanto ao terceiro e último objetivo, que buscou afirmar os motivos da não execução e os benefícios obtidos de sua prática, apurou-se que ambas as empresas conseguem perceber que o princípio pode levar a inúmeros benefícios, entretanto, assim como supracitado, a Empresa Y fere a tal princípio por enfrentar desafios oriundos da gestão familiar e desconhecimento da gestão.

Como consequência da não utilização do princípio, é notório que mesmo conseguindo se manter no mercado há tantos anos, a Empresa Y perde informações valiosas, que poderiam ser fundamentais e contribuir para alavancar seus negócios. Contudo na Empresa X, percebeu-se que com a aplicação do Princípio da Entidade, ela consegue ser mais organizada e assertiva, valendo-se das informações obtidas no resultado para investir adequadamente em melhorias contínuas e crescimento para a organização

Sabe-se que é possível determinar que uma empresa tenha melhor desempenho que outra através de parâmetros e indicadores financeiros, entretanto, este não foi o objetivo da

pesquisa, portanto não é correto afirmar neste estudo que uma empresa tenha melhor desempenho que outra, visto que prestam serviços para públicos distintos, possuem volume de trabalhos prestados distintos, e principalmente por desconhecer o faturamento mensal ou custos de ambos os cenários. Entretanto, ao confrontar os resultados obtidos e comparando ambas organizações, percebe-se que a Empresa X encontra-se mais amparada pelas informações das quais dispõe e mais preparada para lidar abertamente em um mercado tão competitivo e que vive constantes transformações. Conquanto, na Empresa Y pode-se afirmar que não dispõe de informações suficientes para auxiliar no processo de tomada de decisão e gerenciamento dos negócios, além disso, é claro que se pode constar a perda de oportunidade de investimento e crescimento.

Diante de tudo que fora constatado, é perceptível o ganho de conhecimento advindo desta pesquisa. Através deste trabalho foi possível conciliar e confrontar a teoria para com a prática, sendo de fundamental importância para uma maior compreensão e entendimento sobre o tema proposto na área da contabilidade, e do Princípio da Entidade.

Sugere-se como pesquisas futuras, estudos que pontuem como as empresas do tipo familiares se comportam em relação ao Princípio da Entidade e as demais normas contábeis, uma vez que como citado por um dos entrevistados, é fundamental que sejam respeitados, em especial neste tipo de empresas, visto que movimentações não programadas podem desestruturá-las e até mesmo levar ao seu fracasso, fazendo uma relação ao grande índice de mortalidade relacionado ao não cumprimento. Outra sugestão é incentivar mais as pesquisas nesta área visto que muitas organizações têm medo de participarem e serem expostas por não cumprir totalmente tais normas. Quanto mais estudos na área, mais conhecimento, o que pode levar a um maior índice de empresas que passem a percebê-la como uma ferramenta primordial.

Por último, vale ressaltar uma limitação para a realização de tal estudo. Inicialmente a proposta seria abranger não apenas uma comparação entre duas empresas, mas sim um estudo completo com várias micro e pequenas empresas da região abordada, entretanto, a maioria não quis participar com receio de serem expostas ou identificadas de alguma forma.

Outra sugestão de pesquisa futura é investigar acerca da terceirização do serviço contábil para as micro e pequenas empresas buscando entender os motivos que levam a externar este serviço e os desafios ou as dificuldades que estas empresas encontram para realizar os serviços necessários.

Referências

Abreu, E. E. de, Freitas, L. B. de, & Almeida, F. M. de M. (2012). Aplicabilidade do Princípio Contábil da Entidade Aos Supermercados Localizados no Município de Irupi – ES. *9º Simpósios de Excelência em Gestão e Tecnologia*. Espírito Santo. Recuperado de <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/22716515.pdf>

Abreu, R. D. de, & Mello, M. C. B. de (2015). Análise da aplicação do princípio da entidade em micro e pequenas empresas do Distrito Federal. *Simpósio de TCC e Seminário de IC*. Recuperado de http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/d7250afaf6f1d707fd51413395b35fbe.pdf

Albuquerque, R. (2011). *Um Estudo Aplicado Sobre a Violação do princípio da Entidade e a Visão dos Gestores Sobre a Informação Contábil em Micro e Pequenas Empresas do Comércio da Cidade de Caixas do – RS*. Monografia, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/1475/TCC%20Rosani%20Albuquerque.PDF?sequence=1&isAllowed=y>

Araújo, A., & Siebra, A. (2019). Aplicação do princípio da entidade em empresas de Campo Grande/MS. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 7, 29-51. Recuperado de <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/principio-da-entidade>

Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Brasil. (2010). *Resolução Conselho Federal de Contabilidade, nº 1.282 de 28.05.2010*, Rio de Janeiro.

Cervo, A., & Bervian, P. (2007). *Metodologia científica* (6a ed.). São Paulo. Pearson.

Ching, H., Marques, F., & Prado, L. (2013). *Contabilidade e Finanças para não especialistas* (3a ed.). São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Conselho Federal de Contabilidade. (2008). *Princípios fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade* (3a ed.). Brasília.

Conselho Federal de Contabilidade. (2015). *O Conselho*. Recuperado de <https://cfc.org.br/oconselho/>

Crepaldi, S. (2010). *Curso Básico de Contabilidade* (6a ed.). São Paulo: Editora Atlas.

Fernandes, A. G., & Ribeiro, E. S. P. (2016). A natureza alimentar do crédito de pró-labore e sua classificação nos processos de recuperação e falência. *Revista Jurídica UNIARAXÁ*, 20(19), 33-56. Recuperado de http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/RevJur%C3%ADdica-UNIARAX%C3%81_20_n.19.02.pdf

Gelbcke, E. R., Iudicibus, S. de, Martins, E., & Santos, A. dos. (2010). *Manual de contabilidade societária*. São Paulo: Atlas.

Gil, A. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6a ed.). São Paulo: Atlas.

Hendriksen, E., & Breda, M. Van (1999). *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas.

Hoog, W. (2013). *Contabilidade - Teorias Básicas e Fundamentos* (2a ed.). Curitiba: Juruá Editora.

Horngrén, C., Sundem, G., & Stratton, W. (2010). *Contabilidade Gerencial*. (12a ed.). São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Marconi, M., & Lakatos, E. (2010). *Fundamentos de metodologia científica* (7a ed.). São Paulo: Atlas.

Marion, J. (2009). *Contabilidade Básica*. (10ª ed.). São Paulo: Editora Atlas.

Martins, R. B. (2018). *Ferramentas de contabilidade gerencial adotadas por micro e pequenas empresas*. Monografia, Universidade Federal da Paraíba, João

Pessoa, Paraíba, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11892/1/RBM04102018.pdf>

Mezzari, G. F. (2017). *Conflitos de interesses societários e violações ao princípio da entidade: evidências em uma empresa do segmento de esquadrias*. Monografia, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, Brasil. Disponível: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5413/1/Gleidson%20Fernandes%20Mezzari.pdf>

Neto, R. S. (1999). Princípio da entidade e a empresa familiar. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 4(1), 41-45. Recuperado em 29 novembro, 2019, de <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/view/1702/1523>

Neves, S., & Viceconti, P. (2009). *Contabilidade básica*. (14a ed.). São Paulo: Frase.

Niswonger, C., & Fess, P. (1980). *Princípios de Contabilidade* (2a ed.). Rio de Janeiro: FGV – Instituto de Documentação.

Oliveira, E., Costa, M., Souza, N., Arruda, V., & Nascimento, W. (2016, novembro). Princípio da entidade versus empresários: um estudo de sua prática nas empresas de materiais de construção na cidade de Manhuaçu – MG. *II Seminário Científico da FACIG e I Jornada de Iniciação Científica*. Recuperado de <http://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/semiariorcientific o/article/download/146/125>

Otani, N., Fialho, F. (2011). *TCC Métodos e Técnicas* (2a ed.). Florianópolis: Visual Books.

Padoveze, C. (2009). *Manual de Contabilidade Básica* (7a ed.). São Paulo: Editora Atlas.

Portal da Contabilidade. (2019). *Os Princípios de Contabilidade*. Recuperado de <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/principiosfundamentais.htm>

Ribeiro, O. (2013). *Contabilidade Básica Fácil*. (29a ed.). São Paulo: Saraiva.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2016). *Sobrevivência das empresas no Brasil*. Recuperado de <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-102016.pdf>

Silva, M. C. F. da, Morozini, J. F., & Castro, J. de (2013). O Princípio da Entidade Contábil e a Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica. *Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)*, 11(2). Recuperado de <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/download/2481/2037>

Souza, D. S. de (2014). Conhecimento e Aplicação do Princípio da Entidade pelos Microempresários do Setor do Comércio no Município de Pimenta Bueno – RO. *Revista Saberes da FAP*, 5. Recuperado de <https://fapb.edu.br/wp-content/uploads/sites/13/2018/02/ed5/4.pdf>

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Marcelo Vigorito de Araújo– 30%

Denise Adelaide da Silva Fernandes– 30%

Bruna Rodrigues de Freitas – 20%

Laíza Nília da Silva-20%